GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 145, DE 11 DE MAIO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO

E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art.

87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e com fundamento no disposto no art. 35 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - CPADS/MP, com as seguintes atribuições:

I - analisar e avaliar periodicamente a documentação sigilosa produzida e acumulada no âmbito do Ministério;

II - propor, à autoridade responsável pela classificação ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre o assunto, a renovação dos prazos de duração da classificação sigilosa atribuída aos documentos;

III - propor, à autoridade responsável pela classificação ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre o assunto, a alteração ou cancelamento da classificação sigilosa, em conformidade com o disposto no art. 9º do Decreto nº 4.553, de 2002;

IV - determinar o destino final da documentação tornada ostensiva, selecionando os documentos para guarda permanente; e

V - autorizar o acesso a documentos sigilosos.

Art. 2º A CPADS/MP será integrada por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Gabinete do Ministro, que a presidirá;

II - Secretaria-Executiva; III - Departamento de Extinção e Liquidação;

IV - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

V - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

VI - Consultoria Jurídica;

VII - Assessoria Econômica;

VIII - Secretaria de Assuntos Internacionais;

IX - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos;

X - Secretaria de Orçamento Federal;

XI - Secretaria do Patrimônio da União;

XII - Secretaria de Recursos Humanos;

XIII - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;

e

XIV - Secretaria de Gestão.

Parágrafo único. A Coordenação de Documentação e Informação da Coordenação-Geral de Documentação e Administração

Predial - CODIN/CGDAP/SPOA exercerá a função de Secretária

Executiva e prestará o apoio técnico necessário aos trabalhos da

Comissão na definição da classificação, cabendo-lhe coordenar, definir

e implementar normas e procedimentos referentes à documentação

arquivística classificada como sigilosa, garantindo o controle da

gestão documental desde a produção até a destinação final.

Art. 3º A autoridade responsável pela classificação de documentos no grau ultra-secreto é o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º As autoridades responsáveis pela classificação dos

documentos nos graus secreto, confidencial e reservado são, no âmbito de cada um dos órgãos, os titulares, ou seus substitutos legais, dos seguintes órgãos do Ministério:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria-Executiva;

III - Departamento de Extinção e Liquidação;

IV - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

V - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

VI - Consultoria Jurídica;

VII - Assessoria Econômica;

VIII - Secretaria de Assuntos Internacionais;

IX - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos;

X - Secretaria de Orçamento Federal;

XI - Secretaria do Patrimônio da União;

XII - Secretaria de Recursos Humanos;

XIII - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;

e

XIV - Secretaria de Gestão.

Parágrafo Único. No caso do Gabinete do Ministro, a autoridade competente para exercer a competência estabelecida no caput é do Chefe do Gabinete.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA